

FACILITANDO UMA CONVERSA SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: UM CONVITE À REFLEXÃO

FACILITATING A CONVERSATION ON ALCOHOL AND OTHER DRUGS: A CALL FOR REFLECTION

VIRGINIA LUCIA DE MOREIRA BARBOSA

Psicóloga, grupoterapeuta, terapeuta de família, especialista para atendimento a usuários de álcool e outras drogas (Ipub/UFRJ).

e-mail: virginiabarbosa2@gmail.com

Recebido em 05/11/2011.

Aprovado em 10/12/2011.

RESUMO: Relato da experiência com alunos adolescentes, com a promoção de diálogo em torno do tema álcool e outras drogas, visando ampliar o ponto de vista do jovem para além do binômio proibir/legalizar. Partindo do paradigma da complexidade, na trilha do construcionismo social, e apoiado na lógica de redução de danos, o artigo pretende contribuir para a discussão a respeito das ações de prevenção. Foi utilizada como método a facilitação sistêmica de processos coletivos, na criação de contexto colaborativo e no acompanhamento do processo de construção do saber coletivo. Alunos e professores entraram em contato com os múltiplos aspectos que envolvem o assunto, exercitaram a reflexão e experimentaram o sentimento de protagonismo na busca de soluções para o enfrentamento do problema.

PALAVRAS-CHAVE: Álcool e outras drogas, construcionismo social, redução de danos, prevenção, facilitação sistêmica de processos coletivos.

ABSTRACT: Description of an experience with teenager students, involving conversations about the alcohol issue as well as other drugs, aiming to enlarge the point of view of youngsters to a dimension beyond the forbid/ legalize binomial. Based on the complexity paradigm, on the trail of social constructionism, and supported by the harm reduction logics, the article intends to further contribute to the discussion concerning prevention actions. The method used here was that of systemic facilitation for collective processes, in the creation of a collaborative context and in the following up of the process for construction of the collective knowledge. Students and teachers have gotten into contact with the multiple aspects that involve the issue, exercised reflection and experimented the feeling of protagonism in the pursuit of solutions to face the problem.

KEYWORDS: Alcohol and other drugs, social constructionism, harm reduction, prevention, systemic facilitation for collective processes..

Alterar a consciência usando algum tipo de substância é um costume muito antigo na história da humanidade, mas se restringia a contextos de festas e celebrações, em ocasiões de cunho religioso ou pagão. O uso circunscrito favorecia o consumo moderado já que ficava relacionado ao momento, reduzindo os prejuízos potenciais associados às substâncias. No cenário contemporâneo, o que se observa é um perfil de consumo mais atrelado à busca de prazer imediato e de bem-estar ilimitado, muito de acordo com o tipo de sociedade em que vivemos – imediatista e consumista.

Ao conversar sobre drogas é preciso estar atento aos significados que estão acompanhando o termo, principalmente àqueles que remetem a valores morais, socialmente construídos, muitas vezes forjados para atender interesses assentados no controle social (Bucher, 1994). Ora, de que tipo de droga está se falando? São tantos os tipos: fazem bem e fazem mal; usadas e abusadas; para remédio e para veneno; para fazer rir; para fazer dormir; para acordar; para curar; para muitas outras finalidades. Por que algumas são permitidas e outras são proibidas? De que forma a sociedade irá lidar com o *problema droga* no futuro?

O assunto álcool e outras drogas é complexo e não cabe ficar limitado aos efeitos no organismo e aos prejuízos associados, mantendo o foco da abordagem na substância. Pelo critério de danos à saúde, de que forma se justifica o uso consentido de álcool e a proibição de outras drogas?

E já que tocamos no tema da proibição, é com ele que chegamos às políticas – nacionais e internacionais – para enfrentamento do problema (Chagas, 2010). Qual é a estratégia adotada por cada país e de que maneira os governantes e a sociedade têm se posicionado? A proibição ao uso de algumas substâncias não tem conseguido impedir o consumo, inclusive entre os jovens cujo primeiro contato ou experimentação têm acontecido cada vez mais cedo (Brasiliano, 2006).

O jovem é um ator de peso no qual se encena a trama da droga. Mal chegando à adolescência, com alguma autonomia conquistada, pode deparar-se com desafios e cobranças que invoquem maturidade, responsabilidade e escolha: o início da vida sexual (Ribeiro, 2011), a profissão, seu papel na sociedade, dentre outros (Brasil, 1999). Experimenta sentimentos contraditórios a respeito disso tudo, principalmente por ainda estar sob a tutela de adultos, dependente financeira e emocionalmente (Raupp & Sapiro, 2009).

Nesse momento, o uso de algum tipo de droga pode ser uma tentativa para – ou a própria – solução aos impasses enfrentados no dia a dia como, por exemplo, as exigências para ser aceito no grupo de iguais ou a entrada no território social mais amplo – o *mundo dos adultos* –, com regras e compromissos que precisam ser assimilados (Ferreira, Farias & Silveiras, 2010). É também uma época de vulnerabilidade, sem dúvida, mas o contato com a droga não é o único nem o

principal risco enfrentado (Schenker & Minayo, 2005). Além disso, é importante não se esquecer de que a droga *per se*, a substância, não carrega em seu substrato os descaminhos trilhados por alguns.

O ditado popular diz que *prevenir é melhor do que remediar*, e a adolescência tem sido o principal alvo das campanhas de prevenção objetivando evitar ou impedir o uso de drogas. Geralmente baseadas no medo (Moreira, 2006), essas campanhas não têm se mostrado eficientes e acabam por ficar desacreditadas por entre a maioria dos rapazes e moças, que convivem com situações e experiências diversificadas em que conhecem tanto o consumo abusivo quanto o controlado. A maioria relativiza a questão do lícito ou ilícito e descarta o discurso moralista.

Trabalhar a prevenção no caso das drogas não é a mesma coisa do que fazê-lo em relação a moléstias como dengue, diabetes e outras, cujo sentido é o de se evitar que algo aconteça. Em relação às drogas psicotrópicas é diferente porque é o indivíduo que vai ao encontro do efeito, da sensação, do imediato. Quando se considera que na sociedade atual é quase impossível evitar a experimentação, sob o ponto de vista do cuidado, e para alcançar efetividade, a estratégia deve ser direcionada para alcançar a *prevenção ao uso prejudicial ou à dependência* (Rosenbaum, 2002).

É uma meta diferente daquela em que se busca a abstinência como solução, invocando a necessidade de se promover reflexão (Freire, 2001) na questão do uso de drogas, incentivando que as escolas trabalhem o assunto com foco em resiliência, autonomia e responsabilidade (Campos, 2005).

Como deve ser o trabalho de prevenção ao uso indevido e/ou abusivo de álcool e outras drogas que promova a reflexão e que desenvolva o protago-

nismo dentre os jovens? Como alertar para o risco e o perigo sem escorregar para o paternalismo? Como contribuir para uma conscientização que amplie o ponto de vista do jovem para além do binômio proibir/legalizar?

Este artigo traz o relato da experiência desenvolvida com alunos do último ano do ensino fundamental, com idades entre 14 e 15 anos, em que a ideia principal foi promover o diálogo, uma *conversação* (Anderson, 2009) em torno do *tema droga*.

Ao propor o formato que será descrito mais adiante, busquei superar o modelo mais comum onde o assunto é abordado por *especialista-que-detém-conhecimento*. Ao contrário, cheguei mais com perguntas do que com respostas, querendo saber que tipo de conhecimento eles tinham; o que eles pensam sobre o assunto; como relacionam sua experiência com a informação que chega a eles e de que forma se veem em relação ao tema.

Mas não foi a curiosidade pura e simples que determinou as *perguntas* (Freedeman & Combs, 1996). Comprometida com a visão de mundo que pressupõe a complexidade, quis dar visibilidade aos diferentes aspectos que compõem o cenário onde o uso de drogas está inserido, e chamar a atenção para a inter-relação existente; quis incentivar a reflexão acerca do papel de cada um neste contexto, em diferentes níveis de participação na sociedade.

Quando falo de visão de mundo que pressupõe a complexidade, me refiro ao paradigma sistêmico tal como foi formulado por Vasconcellos (2005): *novo paradigma da ciência*. Partindo desse paradigma, e na trilha do construcionismo social (Gergen, 2010), a proposta para prevenção ao uso indevido de drogas que apresento se dá na promoção de contexto para conversação e conhecimento coconstruído.

Como contraponto à difundida política proibicionista (Rosa, 2010) trago para o debate a lógica da redução de danos (Brasil, 2001). Esta estratégia oferece uma compreensão ampliada sobre o uso de álcool e outras drogas, já que não se baseia *exclusivamente* na abstinência, apresentando uma abordagem menos fragmentada e reducionista.

Essa articulação pretende contribuir para a discussão a respeito das ações de prevenção, tanto no âmbito das políticas públicas quanto em outros setores da sociedade civil, lançando luz sobre a forma como estas têm sido elaboradas, marcadamente influenciadas pelo discurso da biologia e com o foco dirigido ao usuário em potencial.

Mencionei meu comprometimento com a visão de mundo que pressupõe a complexidade e com isso me referi ao paradigma sistêmico como o “novo paradigma da ciência”, entendido aqui como uma nova maneira de pensar sobre nós mesmos, e um questionamento em relação à atitude científica tradicional. De certa maneira, podemos dizer que são formas de pensar que servem de base para as formas de fazer.

A forma de pensar e de fazer do paradigma tradicional, ou da ciência moderna*, fundamentada sobre as ideias racionalistas de Descartes, com critérios de objetividade, certeza e verdade (Grandesso, 2000), pressupõe uma realidade existente *a priori*, passível de ser conhecida, representada e controlada. “Assim, o discurso filosófico da modernidade ressalta o caráter desvendador de um sujeito que *descobre* verdades universais, que podem ser expressas em leis gerais, atemporais e descontextualizadas” (idem, p. 50).

Em relação à questão das drogas, a abordagem predominante sugere que estas têm sido as premissas que servem de orientação na busca por solução, na medida em que a complexidade do

* Tendo como referência a Idade Moderna, século XVII.

tema é reduzida à dimensão da substância, sem considerar as características quanto ao efeito e outros aspectos que as diferem entre si. Também homogeneizam os tipos de usuários (Pires, Carrieri & Carrieri, 2008) ignorando aspectos como padrão de consumo e contexto de uso, acreditando na possibilidade de “uma-regra-geral-para-as-drogas”. Como essa perspectiva influencia o modo de fazer das ações?

Morin (1996) ressalta que é a partir da nossa construção de mundo que enxergamos os fenômenos de uma forma que eles se “encaixem” em nossos modelos, sendo nossas crenças as lentes através das quais enxergamos e compreendemos o mundo. Em relação às drogas psicotrópicas, existem hoje, basicamente, duas lentes pelas quais a questão é abordada: a lente proibicionista e a lente da redução de danos.

A primeira apoia-se em um *discurso de déficit* (Gergen, 2010) que estigmatiza o usuário – adoecendo e/ou criminalizando, fazendo uso de vocabulário que desqualifica o indivíduo como, “drogado”, “viciado”, “dependente químico”; quando não usam outras como, “fraco”, “coitado”, “problemático”. Um equívoco gestado na noção tradicional de linguagem, compreendida como representação de uma dada realidade observável. Usados no dia a dia para falar de um comportamento, recursivamente estes termos acabam por alcançar *status* de verdade e passam a designar o próprio sujeito que, sem escapatória, assume a identidade que lhe é conferida. Como diz Guanaes (2006, p. 43):

(...) ao se descreverem e serem descritas por outros de determinadas maneiras, as pessoas emergem como sendo pessoas de um determinado tipo, com um conjunto de características pessoais. Assim, o que normalmente entendemos como sendo o si mesmo ou self pode ser visto como uma

“realização retórica” momentânea, isto é, a construção de uma história possível de si, no diálogo com outros.

Ao enxergar o usuário de drogas como vítima da substância, o discurso majoritário dissemina a ideia de que é preciso “combater o inimigo”, e constrói uma política de enfrentamento que tem se mostrado ineficaz, gerando um círculo vicioso que alimenta a sensação de impotência diante dos desafios trazidos pelo aumento do uso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Sendo assim, quais são as condições necessárias para se desconstruir sentidos de fragilização e propiciar a (re) construção de sentidos mais promissores acerca do uso de drogas?

Na perspectiva construcionista, a linguagem não reflete a realidade, mas a constrói a todo o momento, “através da utilização de determinadas descrições e explicações (...) a partir das condições sócio-históricas concretas dos sistemas de significação” (Rasera & Japur, 2007, p. 22). Essa forma de compreender os eventos que perpassam a existência humana traz a possibilidade de que a partir de novas descrições acerca do tema drogas se chegue a soluções ainda impensadas na construção de políticas de enfrentamento. Burr (1995) ressalta que conhecimento e ação andam juntos, e que as diferentes formas de descrever o mundo implicam – ou convidam diferentes formas de ação/prática social. Como escrevi aqui anteriormente, são formas de pensar que influenciam as formas de fazer. E se queremos que o futuro traga novas formas de nos relacionarmos com as drogas, pensar sobre como temos lidado com o assunto até agora, e sobre os resultados obtidos, pode ser o início de um de processo que provoque mudança.

A segunda lente, menos conhecida pela sociedade, é a lógica da redução

de danos, que busca diversificar as formas para lidar com a questão do uso de drogas em nosso país (Brasil, 2004). Redução de danos – ou RD – é um conjunto de ações que visam minimizar as consequências adversas do uso de drogas. Essa estratégia de saúde pública começou na Inglaterra, em 1926, quando médicos entenderam que prescrever opiáceos para os dependentes dessa droga era uma forma de tratamento: no manejo da síndrome de abstinência, nas situações em que o uso não pode ser descontinuado sem risco ao usuário e/ou quando este não pretende deixar de usar a droga. A partir dos anos 1980, as ações baseadas nesse princípio foram sistematizadas em forma de programas, primeiro na Holanda, tendo como principal objetivo evitar a disseminação de hepatites entre usuários de drogas injetáveis (UDI) (Souza, 2007).

Souza (2007) observa a transformação da redução de danos ao longo de seu percurso histórico, desde um conjunto de ações localizadas, até ser o paradigma que sustenta as ações governamentais de enfrentamento do *problema droga*. Ao deslocar o foco da atenção, do objetivo da abstinência para a atenção e o cuidado ao sujeito, a redução de danos oferece perspectivas que provocam reflexão na forma de compreender o uso de drogas.

Em relação à prevenção essa abordagem tem a atenção voltada para o *uso abusivo e/ou prejudicial*, seguindo modelos de atenção que ampliam o modelo biomédico. Segundo Müller, Paul e Santos (2008), foi a partir da década de 1970 que a UNESCO* “passou a enfatizar a abordagem preventiva ao abuso de drogas, tendo a escola como o espaço principal para esse processo, pois parte significativa da população passa por esta instituição”. (Müller, Paul, & Santos, 2008, p. 3). Na pers-

pectiva da redução de danos, a prevenção não visa à abstinência ou à ausência de contato com a droga, pois parte do princípio de que o jovem consciente tem menores chances de se envolver com drogas de forma prejudicial.

Inspirada na ideia de responsabilidade e consciência crítica que essa visão oferece, a experiência que relato neste artigo buscou propiciar a reflexão e a construção conjunta de possibilidades, a partir da experiência dos próprios participantes, estimulando o protagonismo cidadão daqueles a quem o futuro pertence.

MÉTODO

Para atingir o objetivo mencionado acima, utilizei como método a facilitação sistêmica de processos coletivos, na criação de contexto colaborativo para trabalho e no *acompanhamento do processo* de construção coletiva. Descreverei a ferramenta de diálogo denominada World Café, e como esta foi usada na concepção e execução do trabalho, cujo objetivo é a prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas.

FACILITAÇÃO SISTÊMICA DE PROCESSOS COLETIVOS

Inicialmente, o termo *facilitação* foi utilizado para um conjunto de práticas voltadas para o manejo de grupos, através de procedimentos que visavam à solução das dificuldades no trabalho compartilhado, cabendo ao facilitador ajudar o grupo a alcançar um objetivo comum; estimulando a discussão e a participação dos integrantes, sem expressar opiniões ou influir na tomada de decisões. Estas técnicas, desenvolvidas a partir de um olhar para o *funcionamento* dos grupos e para o *conteúdo*,

* UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – na sigla em inglês.

orientadas pelo racionalismo da ciência moderna, foram sendo utilizadas em situações bastante diversas, como negociação e intermediação, gestão de conflitos, tomadas de decisões e outras. Isso fez com que a facilitação se tornasse objeto de atenção e de reflexão sobre o fazer, com os facilitadores aprendendo a partir da própria prática.

Com o passar do tempo, as mudanças na sociedade e nas organizações, e a crescente necessidade de práticas que estimulassem relações colaborativas e participativas geraram modificações e a facilitação adquiriu um perfil de acompanhamento para processos coletivos, tornando-se um *modelo* e, segundo Fuks e Rosas (2009, p.26), “se diferenciou rapidamente das formas tradicionais de trabalho grupal ou das abordagens institucionais, graças a sua comprometida orientação mais ao ‘processo’ do que ao ‘conteúdo’”*.

Para Hunter (1995), o facilitador é um “guia de processo”, alguém que deve estar atento, que não interfere na decisão do grupo, mas que não é nem pode ser uma figura neutra. Ele colabora para a conversação e acompanha o movimento do grupo, propiciando o processo através de perguntas ou sugestões.

Fuks e Rosas (2009) e Bojer (2010) concordam que a principal ferramenta de que dispõe o FSPC (a sigla pode ser usada tanto para a facilitação quanto para o facilitador) é a si mesmo. “A habilidade de se conectar com clareza e de maneira firme às intenções e aos princípios de um encontro ou processo está diretamente relacionada àquão integralmente presente o facilitador é capaz de estar. (Bojer, 2010, p.26).” Além de si mesmo, o facilitador conta ainda com organizadores, algumas dinâmicas e exercícios que também servem como ferramentas no decorrer do processo.

Para o trabalho relatado, usei uma *ferramenta de diálogo* (Bojer, 2010) denominada World Café, metodologia que propicia que grupos, com desde dezenas até milhares de pessoas possam estar juntas, envolvidas em conversações sobre questões que importam.

FERRAMENTA DE DIÁLOGO WORLD CAFÉ

Partindo da suposição de que as pessoas têm o conhecimento e a sabedoria para lidar com seus impasses, “o ‘world café’ é uma forma de, intencionalmente, criar uma rede viva de conversas em torno de questões que importam”. (Bojer, 2010, p.130). A metodologia permite que se trabalhe com grupos desde poucas até centenas de pessoas, pensando juntas e envolvidas pela inspiração de uma sabedoria coletiva que é coconstruída, e que emerge na tessitura de ideias e reflexões, e no compartilhamento de significados.

Os criadores da técnica (Brown & Isaacs, 2007) estimulam a criatividade de quem a utiliza, pois o formato é bastante flexível e pode ser usado em situações diversas, considerando o número de participantes, o contexto, o local e a finalidade. Dessa forma, cabe ressaltar que a maneira como a ferramenta foi usada apresenta a solução encontrada por mim para sua utilização.

Na organização do processo, deve-se estar atento a sete princípios (Brown & Isaacs, 2007) que ajudarão a potencializar o resultado das conversações: a) consciência do propósito – o motivo pelo qual as pessoas serão reunidas; b) criação de um espaço receptivo e hospitaleiro – como o convite e o espaço físico podem contribuir para uma atmosfera acolhedora; c) entre perguntas relevantes para o grupo – pode haver apenas uma ou diversas

* Tradução da autora.

questões a serem exploradas; d) estimule a contribuição de todos – encoraje que todos contribuam com ideias e perspectivas, mas permita que qualquer um possa participar apenas ouvindo, se este for seu estilo; e) conecte perspectivas diversificadas – os participantes passeiam entre as mesas de conversa e compartilham perspectivas enriquecendo a possibilidade de novos *insights*; f) escute os *insights* – o dom de escutar uns aos outros, a qualidade da escuta, talvez seja o fator mais importante para determinar o sucesso de um “world café”; g) compartilhe as descobertas coletivas – a última fase do world café, muitas vezes chamada de *colheita*, envolve a todos em uma grande conversação a respeito das ideias que apareceram. É importante poder capturar as ideias e talvez confeccionar um painel gráfico com os registros.

A metodologia é inspirada nos encontros criativos que geralmente acontecem em torno de uma mesa, onde os participantes estão descontraídos e sentem-se estimulados a experimentar novas ideias e ações. O ambiente deve ser organizado em subgrupos, com os participantes de preferência em torno de uma mesa, com papel, lápis e/ou canetas coloridas. Acontecem duas ou três rodadas de conversa, com aproximadamente vinte minutos, motivadas por perguntas ou questões a respeito do assunto que as reuniu. Devem-se evitar aquelas questões que possam ser resumidas com respostas do tipo “sim ou não”.

No final de cada rodada de conversa, um dos participantes – chamado *anfitrião*, continua à mesa enquanto os outros procuram outro grupo ou outra pergunta/questão para a próxima rodada. Ao anfitrião cabe recepcionar o novo grupo e transmitir-lhes quais as ideias surgidas ali e incentivar novas discussões. Depois das rodadas com os

pequenos grupos, chega o momento de compartilhar no grupo grande, com todos os participantes, as ideias e a sabedoria que emergiram do encontro. É recomendado que seja construído um painel gráfico, ou qualquer outro recurso onde todos possam visualizar a produção do encontro.

FACILITANDO UMA CONVERSA SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: A PRÁTICA

Os participantes foram alunos com idades entre 14 e 15 anos, cursando o nono ano do ensino fundamental em um colégio católico. Alguns professores das matérias regulares também participaram. Respeitados os procedimentos éticos necessários, houve cuidado com o anonimato dos participantes e dos dados obtidos.

O trabalho realizado teve início a partir do pedido do colégio para uma palestra sobre o *tema álcool*. No encontro com o coordenador responsável, argumentei que as palestras tradicionais costumam surtir pouco ou quase nenhum efeito no sentido da prevenção ao uso e/ou abuso de substâncias. Justifiquei o argumento expondo a visão tradicional a respeito das drogas, os resultados obtidos, e sobre a abordagem de redução de danos. O diálogo estendeu-se à construção da identidade na fase da adolescência e a respeito de como nossa sociedade incentiva o consumo (inclusive de substâncias). Dessa conversa surgiu a ideia de oferecer aos alunos um espaço de reflexão acerca da complexidade que o assunto “álcool e outras drogas” abrange, ampliando a discussão para os aspectos além do biologismo e do discurso jurídico/moral.

As premissas (incentivadas pelo método) da criatividade, flexibilidade e

inovação permitiram o planejamento do trabalho para ser executado em duas etapas, sempre dentro do tempo de aula que é de 45 minutos: a primeira etapa, a de *construção do contexto*, consistiu em estar com os alunos de cada turma separadamente, acompanhada de um professor, para explicar-lhes o formato e o objetivo do trabalho: haveria um encontro seguinte, onde a turma estaria dividida em subgrupos para conversar sobre uso de drogas. O debate aconteceria a partir de questões propostas por mim, com a intenção de provocar reflexão acerca do tema. Nessa etapa também foi distribuído material impresso, semelhante a uma cartilha e elaborado por mim, onde organizei informações gerais que foram subdivididas em quatro eixos: “sobre drogas”, “sobre uso de drogas”, “sobre a adolescência” e “sobre tudo isso e mais um pouco”.

No primeiro eixo, “sobre drogas”, foi abordado o aspecto químico propriamente dito, a classificação quanto à ação no sistema nervoso, e a diferença entre dependência física e psíquica, por exemplo. No eixo seguinte, “sobre o uso de drogas”, é incluída a subjetividade, o usuário, não como vítima ou algoz, mas como sendo a dimensão do imponderável e também o lugar da relativização quanto aos prejuízos e o que se fazer com eles. “Sobre a adolescência” aproxima a discussão para o contexto vivido por eles, servindo a uma conexão com o que é familiar ao jovem – o momento que estão vivenciando, com os desafios e impasses inerentes.

E por fim, “sobre tudo isso e mais um pouco” traz a multiplicidade de aspectos e a inter-relação existente entre eles, como por exemplo, o debate internacional sobre descriminalização da maconha, a economia que gira em torno do comércio legal e ilegal, o impacto sobre a economia dos países, as

políticas de enfrentamento adotadas – proibicionismo e redução de danos –, a necessária diferenciação entre as ações para repressão, para tratamento e para prevenção; e outros. Esta é a dimensão da complexidade.

Com o formato do trabalho entendido e com as informações da cartilha em mãos, naturalmente começaram as perguntas que geram debate. Considerando que a sensibilização foi atingida, este seria o momento para ampliar a discussão, o que acontecerá na etapa seguinte.

Na segunda etapa do processo, cada turma de uma vez e no tempo de aula, os alunos chegaram à sala arrumada em subgrupos, tendo mesas e cadeiras arranjadas de modo que cada participante tivesse contato visual com os outros. O tamanho do grupo deve ser o suficiente para tanto enriquecer o debate, quanto possibilitar que todos participem – nesse caso foram em média seis alunos por grupo. Em cada conjunto deste havia uma folha de papel com a questão a ser debatida.

As questões (também podem ser notícias de jornal, textos, quadrinhos) apresentadas foram formuladas de maneira a disparar a conversa, com ênfase na reflexão, evitando o formato que pode ser respondido com “sim” ou “não”. Apenas a título de exemplificação, posto que não haja modelo para tal, cito dois exemplos de questão apresentada: a) “*O consumo de drogas pela humanidade é muito antigo e o desejo de alterar a consciência é universal. Gostando ou não, concordando ou não, não há mundo sem drogas. A partir dessas afirmações, qual deveria ser o modo como vamos nos relacionar no futuro com as drogas?*”; b) “*Proibir o uso de algumas substâncias não tem conseguido impedir que as pessoas façam uso delas. Além disso, o estigma que acompanha o usuário dificulta que ele procure ajuda.*”

Em sua opinião, que tipo de mudança seria necessária para que o objetivo esteja mais no controle de consumo do que na proibição?”

Os participantes foram orientados sobre o objetivo da conversação proposta, que privilegia a diversidade de opiniões ao invés da busca por consenso. A ideia era que, a partir de um assunto que interessa a todos, eles pudessem exercitar a escuta e a reflexão, tendo em mente que o método e a proposta do trabalho têm sua ênfase no *processo* de construção de diálogo e não no *conteúdo*. Durante a conversação, cada *anfitrião* anotou as principais ideias, para transmiti-las a quem chegasse ao grupo na(s) próxima(s) rodada(s). O critério para escolha do anfitrião não é predeterminado pelo método “world café”. Conteí com o auxílio do professor regular, que escolheu antecipadamente em cada turma os alunos com habilidade para sintetizar e transmitir ideias. Isso agilizou a organização dos subgrupos e poupou tempo.

É importante proporcionar formas alternativas à oral como forma de expressão, potencializando a participação de todos os alunos, e explorando a ancestral vocação humana para usar desenhos e/ou grafismo ao expor ideias, contar história. Foi fixada sobre o quadro negro uma grande folha de papel em branco e foram oferecidos alguns *pilots* coloridos, onde o aluno interessado, a qualquer momento do processo, podia desenhar ou escrever frases de efeito, *slogans* e letras de músicas, desde que remetessem ao tema em debate.

O tempo de duração de cada rodada sofreu uma adaptação para que pudessem se acomodar à rotina de aulas do colégio. Portanto, ao invés dos habituais vinte minutos sugeridos pela metodologia, fizemos cada rodada com dez minutos (duas vezes). E foi reservado o tempo final de 10/15 minutos para o

momento da *colheita* de ideias, quando os anfitriões se reuniram e compartilharam as conversas de seus grupos numa roda com todos os participantes juntos. Aqui foi necessário, ainda, considerar o tempo de deslocamento dos alunos de uma sala para outra, e a chegada da turma seguinte.

Eu circulava entre os grupos ouvindo a discussão, os debates acalorados, às vezes tirando alguma dúvida; outras vezes estimulando a reflexão e a escuta respeitosa àquele que pensa de forma diferente, colaborando para o foco não se distanciar do debate proposto.

Tive a engajada colaboração do professor, que funcionou como cofacilitador, contribuindo com sua presença para a disciplina e a organização dos alunos (e do tempo), e na elaboração do painel gráfico final com as ideias compartilhadas pelos anfitriões. Ao final as anotações dos anfitriões foram recolhidas, assim como os dois painéis – com os desenhos e com as ideias transcritas, e a sala preparada para a próxima turma.

RESULTADOS

Os alunos chegavam à sala demonstrando curiosidade e engajamento. Lembravam-se das orientações e foram logo tomando assento, os anfitriões assumindo seus lugares, física e simbolicamente. Houve quem fosse ao painel para fazer grafismo, e quem participasse só ouvindo, porém atento, mas todos participaram.

Por meio das questões propostas os alunos entraram em contato com os múltiplos aspectos que envolvem o assunto, com mais atenção ao uso, ao invés da polarização entre o “é proibido proibir” e o “diga não às drogas”. Esse fato atendeu à intenção do trabalho, ampliando o ponto de vista para

além do biologismo, gerando novos significados a respeito de ideias estabelecidas. Digna de nota foi a maneira como os jovens estiveram dispostos à conversação, expressando opiniões e trazendo à tona o conhecimento adquirido na sua experiência diária. Parece-me que o debate propiciou que essa experiência encontrasse eco em uma perspectiva que se aproxima mais da vivência cotidiana do jovem. Chamou atenção a maneira próxima e desassomburada como eles chegavam a mim, fazendo perguntas e afirmações provocativas, sem demonstrar constrangimento. Entendo essa interação como sendo reflexo do enfoque que a proposta apresenta, que privilegia o protagonismo dos participantes, dando voz e expressão à sua sabedoria (Bojer, 2010), contribuindo para a discussão do modelo baseado no saber especialista (Vasconcellos, 2005).

Ficou claro que não há unanimidade entre eles quanto a proibir/legalizar o uso de alguma(s) substância(s), e foi importante que essa informação tenha emergido, dando oportunidade a uma reflexão sobre a necessidade de integração das diferentes vozes representativas da sociedade na discussão, superando posições do tipo “ou isso ou aquilo” (Gergen, 2010). Expressaram confusão e desinformação a respeito de determinados conceitos como, “proibir/liberar” ou “legalizar/descriminalizar”, mostrando a necessidade de informação que diferencie e esclareça as nuances existentes. Para eles, como para a sociedade em geral, a principal forma de tratamento é a internação e o usuário é visto através do véu do estigma que isola, manifestando em relação às drogas o comportamento análogo ao dispensado à loucura no século passado (Delgado, 2003).

Muitos reproduzem o discurso hegemônico do tipo “diga não às drogas”,

com vocabulário e comportamento aversivo, mas foi interessante ouvir alguns termos sendo assimilados por eles, tais como “usuário”, “cuidado”, “risco”, que trazem em seu bojo uma compreensão ampliada acerca do tema. Ao assistir um rapaz explicando a outro sobre o estigma que há nas palavras “viciado” e “drogado” e como isso dificulta que a pessoa procure ajuda, vislumbrei a possibilidade de mudança na abordagem atual, apontando na direção de novos significados (Grandesso, 2000) para o entendimento do fenômeno do uso prejudicial.

Um aspecto relevante foi a participação e o interesse dos professores que acompanharam o processo e que se engajaram ativamente no trabalho. De todos ouvi comentários sobre a originalidade da metodologia e do conteúdo oferecido, dizendo-se estimulados a abordar o tema em sala de aula sob o prisma da disciplina correspondente – redação, matemática, geografia, ciências e que tais. Por meio das discussões, os alunos – e também os professores – puderam experimentar sentimento de protagonismo na busca de soluções para o enfrentamento do problema, exercitando a escuta atenta e respeitosa, princípio inerente ao contexto de trabalho colaborativo (Fuks & Rosas, 2009), gerador de soluções compartilhadas.

Ao final dos encontros, à saída de cada turma, os alunos vinham se despedir e falavam sobre o interesse despertado para o assunto, demonstrando satisfação, e muitos manifestaram o desejo de outros encontros, “...com mais tempo pra conversar”.

Esses são resultados observados *in loco*, durante a atividade e logo a seguir. Acredito que o tempo, trazendo a possibilidade de outros e/ou novos encontros, poderá proporcionar aspectos ainda não observados, como por

exemplo, acerca de se houve mudança no ponto de vista que o participante tinha antes do trabalho.

COMENTÁRIOS

No mundo todo existem encontros em torno da droga: seja para consumir, seja para comercializar, seja para pensar em como vamos nos relacionar com elas daqui para frente.

A proposta do trabalho em prevenção que apresentei está baseada na ideia de que o jovem que desenvolve a consciência crítica, não apenas em relação ao uso de drogas, terá mais chance de não se envolver em situações de risco, reforçando recursivamente a participação cidadã. Para tal, parece ser necessário propiciar acesso à informação mais ampla e que considere os múltiplos aspectos relacionados e estimular à reflexão. Acredito que o caminho que leva à superação dos impasses em relação ao uso de drogas passa pela forma como entendemos a questão (Morin, 1996).

A adolescência costuma ser compreendida como um período crítico da vida, temido como uma fase de riscos em potencial para o indivíduo. Entretanto, como apontam Ferreira, Farias e Silveiras (2010), “a questão da universalidade ou não da adolescência é um tema importante e alguns historiadores interessados nesse problema defendem que a adolescência é uma construção social” (sem paginação). Ressaltam que essa etapa não precisa ser, necessariamente, um período turbulento.

Nesse sentido, o colégio teve papel importante ao acolher a ideia e a proposta, investindo numa forma não convencional de abordagem e dando crédito ao protagonismo do aluno. Com a colaboração engajada do coordena-

dor de ensino fundamental do colégio, interlocutor atento e coconstrutor da atividade, o desenho do trabalho se tornou um instigante desafio à medida que eram discutidos os limites e possibilidades para organizar os cerca de 180 alunos, divididos em seis turmas, em um ambiente que propiciasse a conversação.

A participação dos professores foi um aspecto não previsto no desenho original, mas que revelou a possibilidade de ampliar a proposta de trabalho realizada com os alunos, estendendo-a aos professores, funcionários e aos pais. Imagino o dia em que poderemos ter, em cada grupo ou mesa de discussão, a mescla desses atores e usufruir a experiência de ver emergir a cooperação. Que ideias poderão surgir em direção à solução, com a participação conjunta desses atores, com idades, vivências e prioridades distintas?

E não vamos esquecer o contexto. A experiência foi desenvolvida em (e para) um colégio católico, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro/BR; os alunos são moradores das redondezas, a maioria de classe média e com acesso a informações. O fato de esta experiência ter acontecido no ambiente escolar e com o referido público, não invalida que o trabalho seja desenvolvido em outros contextos. Também o engajamento espontâneo dos professores mostrou que os jovens não são os únicos que podem se beneficiar com o fruto de uma reflexão acerca do tema.

A postura de *acompanhamento de processo*, preconizada pelo método da facilitação sistêmica de processos coletivos, incentiva o aparecimento das diversas vozes que compõem o território social. Em diferentes níveis de participação, toda a sociedade deve ser envolvida na discussão do tema das drogas. O método e as ferramentas (e o world café é apenas uma delas) utilizados foram os meios para se promover o en-

gajamento e a cooperação na busca de soluções compartilhadas.

Em cada encontro foi produzido um rico material, proveniente das anotações dos anfitriões, das folhas com os grafismos dos alunos, e das anotações feitas pelo professor no mural no momento em que há a discussão entre os anfitriões no final de todas as rodadas. Esse material pode ser utilizado em sala de aula para alimentar novas conversas, talvez relacionadas à matéria curricular como mencionou mais de um professor.

O trabalho revela o quanto há para ser feito e discutido, e quanto o jovem está disposto a participar. Torna-se importante proporcionar o debate amplo, de modo que as diferentes instâncias representativas da sociedade possam ser ouvidas e que nesse contexto o jovem, principal alvo das campanhas de prevenção, tome seu assento.

Reflexões sobre a prática são infindáveis. No momento em que escrevo já estive com os mesmos alunos mais uma vez, porém agora eles já estão no primeiro ano do ensino médio, alguns poucos não participaram do trabalho anterior. A dinâmica foi a mesma, as questões propostas foram apresentadas por meio de recortes de jornal que traziam opiniões bem diversas, desenvolvidas por articulistas ou profissionais reconhecidos. Foi gratificante vê-los debatendo a partir de uma perspectiva mais ampliada, mesmo consciente de que é um trabalho de médio a longo prazo a desconstrução de conceitos ainda arraigados que mantém o foco na substância. Isso sugere a possibilidade de desenvolver um programa permanente sobre o tema para o colégio, ao invés de uma intervenção anual, pontual e descontinuada.

Reconhecer que a forma como descrevemos os fenômenos criam realidades e influenciam as ações (Burr, 1995), gerar uma postura crítica frente

às diferentes abordagens e propiciar a conversação como caminho a novas descrições podem desencadear novas realidades e novas ações.

CONCLUSÃO

Este artigo, assim como a experiência relatada, procura apresentar uma visão ampliada para a questão do uso de drogas, aliada a uma metodologia que visa à promoção de diálogo e à reflexão. Sem intenção de compilar dados, já que o foco está no processo e não no conteúdo, considero importante ter atenção aos aspectos que emergiram durante a conversação, e que falam a respeito dos atores, do cenário, e da trama que sustenta a cena no consumo de álcool e outras drogas.

Certamente muito ainda poderá ser acrescentado para colaborar com o debate. O caráter inovador da proposta, com o potencial de ajustes a serem feitos, suscitará, acredito, aprofundamentos possivelmente ausentes aqui. Espero que a incompletude estimule o diálogo, alimentando outras e mais conversações. Esse relato é uma contribuição à discussão a respeito das ações de prevenção, lançando luz sobre a forma como estas têm sido elaboradas e oferecendo uma proposta alternativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, H. (2009). *Conversação, linguagem e possibilidades: um enfoque pós-moderno da terapia*. São Paulo: Roca (obra original publicada em 1997).
- BOJER, M., ROEHL, H., KNUTH, M., MAGNER, C. (2010). *Mapeando diálogos: ferramentas essenciais para a mudança social*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

- BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE** (1999). Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. A família, o adolescente e o uso de drogas [Versão eletrônica]. *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*, v.1. Brasília, DF, 303p.
- BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE** (2001). Coordenação Nacional DST e Aids. *Manual de Redução de Danos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE** (2004). Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN- DST/AIDS. *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas / Ministério da Saúde*. (2a.ed., rev. ampl.). Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/publicacoes/politica-do-ministerio-da-saude-para-a-atencao-integral-a-usuarios-de-alcool-e-outras-drogas/view>. Acesso em 08 set. 2011.
- BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE** (2006). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. *Capacitação para Comitês de Ética em Pesquisa – CEPs / Ministério da Saúde/ Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia*. – Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/capacitacaocomiteseticapesquisav1.pdf>. Acesso em 20 dez. 11.
- BRASILIANO, S. A.** (2006). Adolescência e as drogas: reflexões para o profissional que atua com jovens e familiares [Versão eletrônica], *Vínculo*, 3(3), 56-64.
- BROWN, J., ISAACS, D.** (2007). *The World Café: Dando forma ao nosso futuro por meio de conversações significativas e estratégicas* (M. Sales, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- BUCHER, R.** (2007). A ética da prevenção [Versão eletrônica]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (spe), 117-123.
- BUCHER, R., OLIVEIRA, S.R.M.** (1994). O discurso do “combate às drogas” e suas ideologias. *Revista Saúde Pública*, (28), 137-145.
- BURR, V.** (1995). *An introduction to social constructionism*. Londres: Routledge.
- CAMPOS, M. A.** (2005). Freire e Freud: por uma atitude transitiva na educação sobre drogas. In G. Acserald, (org). *Avessos do Prazer*. (2a ed., 213-229). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- CHAGAS, F. G. L., VENTURA, C. A. A.** (2010). Cooperação internacional em prevenção do uso abusivo de drogas no Brasil. *SMAD Revista eletrônica Saúde mental álcool e drogas*, 6(1), art. 4. Recuperado em 10 agosto, 2011, de <http://www2.eerp.usp.br/resmad/artigos/SMADv6n1a04.pdf>.
- DELGADO, P. G.** (2003). Reforma Psiquiátrica: O Feito e o Por Fazer. In NUPPSAM/IPUB/UF RJ (org). *Curso de Especialização em Saúde Mental para técnicos dos CAPS*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde.
- FERREIRA, T. H. S., FARIAS, M. A., SILVARES, E. F. M.** (2010). Adolescência através dos séculos [Versão eletrônica], *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 227-234.
- FREDEMAN, J., COMBS, G.** (1996). Questions In *Narrative Therapy - the social construction of preferred realities* (113-143). New York: W. W. Norton Company.
- FREIRE, P.** (2001). *Pedagogia dos sonhos possíveis* (3ª reimpressão). São Paulo: UNESP, 2001.
- FUKS, S., ROSAS, E.V.** (2009, novembro). La facilitación sistémica de procesos colectivos. Una ‘Artesanía de Contextos para la promoción de la creatividad, el acompañamiento de procesos participativos y la generación de relaciones de cooperación em el trabajo colectivo (grupos, instituciones, comunidades y redes.

- Sistemas Familiares y otros sistemas humanos*, 25 (2), 24-49.
- GARCIA**, M. L. T., **LEAL**, F. X., **ABREU**, C. C. (2008). A política antidrogas brasileira: velhos dilemas [Versão eletrônica], *Psicologia e Sociedade*, 20(2), 267-276.
- GERGEN**, K., **GERGEN**, M. (2010). *Construcionismo Social: um convite ao diálogo* (G. Fairman, Trad.). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- GRANDESSO**, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- GUANAES**, C. (2006). *A construção da mudança em terapia de grupo: um enfoque construcionista social*. São Paulo: Vetor.
- HUNTER**, D., **BAILEY**, A. & **TAYLOR**, B. (1995). *The art of facilitation: how to create group synergy*. Tucson: Fisher Books.
- MOREIRA**, F. G. V., **SILVEIRA**, D. X. & Andreoli, S. B. (2006). Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde (Temas Livres). *Ciência e Saúde Coletiva*, 11(3), 807-816.
- MORIN**, E. (1996). Epistemologia da complexidade In D.F. Schnitman (org). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MÜLLER**, A. C., **PAUL**, C. L. & **SANTOS**, N. I. S. (2008). Prevenção às drogas nas escolas: uma experiência pensada a partir dos modelos de atenção em saúde [Versão eletrônica]. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 607-616.
- PIRES**, R. O. M., **CARRIERI**, C. G., **CARRIERI**, G. G. (2008). O Estado frente à temática das drogas lícitas e ilícitas: avanços da nova legislação e desafios frente ao sistema único de saúde SMAD *Revista eletrônica Saúde mental álcool e drogas* (ed. port.), 4(2). Recuperado em 20 outubro, 2011, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762008000200002&lng=pt&nr m=iso
- RASERA**, E., **JAPUR**, M. (2007). *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor.
- RAUPP**, L., **SAPIRO**, C. M., (2009). Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo [Versão eletrônica], *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26(4), 445-454.
- RIBEIRO**, M. (2011). *Conversando com seu filho adolescente sobre sexo*. São Paulo: Academia.
- ROMANI**, O. (2005, diciembre). Globalización, anti-globalización y políticas de reducción de daños y riesgos. *Eguzkilore – Cuaderno del Instituto Vasco de Criminalística* (19), 91-103. San Sebastián:
- ROSA**, P. O. (2010). *Juventude Criminalizada*. Florianópolis: Ed. Insular.
- ROSENBAUM**, M. (2002). *Seguridad primero: un enfoque realista sobre adolescentes, drogas y educación acerca de drogas*. San Francisco, Califórnia: HTPotter.comunications. Drug Policy Alliance.
- SCHENKER**, M., **MINAYO**, M.C.S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência (Temas Livres). *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717.
- SCHNITMAN**, D.F. (Org.). (1996). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade* (J. H. Rodrigues, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- SOUZA**, T. P. (2007). *Redução de Danos no Brasil: a clínica e a política em movimento*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- VASCONCELOS**, M. J. E. (2005). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência* (4ª ed.). Campinas, São Paulo: Papyrus.